

A África entre a desesperança neoliberal e o “Renascimento Africano”: dívida externa, pobreza e desenvolvimento

Africa between neoliberal hopelessness and the "African Renaissance" :

Foreign debt , poverty and development

Prof. Dr. Danilo Ferreira da Fonseca¹

Resumo: No decorrer do século XXI, o continente africano superou diversas expectativas, atingindo uma maior estabilidade política, crescimento econômico e uma série de ganhos sociais, com um aumento vertiginoso da classe média. Esse movimento foi denominado por analistas como “Renascimento Africano”. Tal processo se difere radicalmente do que era África do final do século XX, em que, ao mergulhar em uma lógica de uma economia política neoliberal, o continente ficou extremamente fragilizado, com uma explosão da dívida externa, um aumento da pobreza e diversas crises políticas e sociais complexas. O presente artigo visa problematizar estes dois momentos, pensando nas suas comunicações e decisões que impulsionaram a África a ser uma nova fronteira do investimento internacional.

Palavras-chave: Renascimento Africano; Neoliberalismo; desenvolvimento.

Abstract: During the twenty-first century, Africa has surpassed many expectations, achieving greater political stability, economic growth and a number of social gains, with a steep rise of the middle class. This movement was termed by analysts as "African Renaissance". This process is radically different from what was the end of the Africa of the twentieth century, when, while diving in a logic of a neoliberal political economy, the continent was extremely fragile, with an explosion of foreign debt, an increase in poverty and several political and social complex crises. This article intends discuss these two moments, thinking in their communication and decisions that have propelled Africa to a new frontier of international investment.

Keywords: African Renaissance; neoliberalism; development.

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) locado no colegiado de História, Doutor em história pela PUC-SP com a tese: “Etnicidade e luta de classes na África contemporânea: África do Sul (1948 – 1994) e Ruanda (1959 – 1994).”

A África do século XXI não parece ser a mesma do final do século XX. Nos anos 1980 e início de 1990, o continente africano estava atolado em crises que aparentavam não ter fim, o que foi impulsionado (e aprofundado) por políticas neoliberais desastrosas. Fome, guerra civil e epidemias eram vulgarmente vistas como sinônimo do continente, que possuía um presente que não trazia boas perspectivas para o futuro. O diagnóstico hegemônico acerca da África trazia a concepção de que ela seria um “continente perdido”, conforme desenvolve Kabunda Badi (2008). A África poderia até ser abandonada, não fossem as parcas “ajudas humanitárias”, que em alguns momentos poderiam mais atrapalhar do que ajudar efetivamente.

Contra a perspectiva de muitos ocidentais, uma parte significativa do continente africano passa a mudar e a encontrar os seus próprios caminhos para sair de seu atoleiro e se desenvolver. Ao contrário do que muitos imaginavam, a África começou a se estabilizar e crescer, produzindo o recente fenômeno chamado de “Renascimento Africano” (VISENTINI, 2014). Neste contexto, uma parte significativa dos países africanos conseguiu atingir um clímax de crescimento econômico que trouxe uma nova classe média consumidora e uma maior quantidade de ganhos sociais, além de uma maior estabilidade política, o que possibilitou um germinal combate aos problemas que estacionavam o continente na desesperança.

O presente artigo visa problematizar estes dois momentos distintos e intimamente interligados no continente africano: o neoliberalismo e o “Renascimento Africano”. No que tange o neoliberalismo no continente africano, precisamos dimensionar as suas consequências, principalmente aquelas atreladas à dívida externa e a pobreza. Para tal, precisamos desenvolver primeiro uma problematização acerca do que é o neoliberalismo para depois entendermos, em um segundo momento, o que foi o neoliberalismo na África, pensando historicamente o seu desenvolvimento e suas especificidades.

Com a devida problematização acerca do neoliberalismo, podemos refletir acerca do chamado “Renascimento Africano”, procurando pensar o processo histórico que o possibilitou, além de problematizar a inserção que o continente africano obteve neste momento, principalmente no que tange a integração do próprio continente e o crescimento de relações sul-sul, principalmente com a China e a Índia, mas também com o Brasil e outros países emergentes. Desta forma, a África se insere de uma maneira distinta dentro

da comunidade internacional, o que possibilitou novos parceiros econômicos que diminuíram a dependência que estes países possuíam frente aos EUA e aos países europeus (principalmente sua antiga e respectiva metrópole).

Para fechar o artigo também construímos reflexões acerca das posturas acadêmicas e de alguns pesquisadores frente a este novo contexto africano, em que alguns se inserem com um afro pessimismo e outros de uma maneira excessivamente positiva, como é o caso de José Saraiva.

No entanto, para compreendermos a África do final do século XX e do início do século XXI é imprescindível realizarmos uma breve reflexão de questões que remontam a colonização europeia, já que este cruel processo colonialista deixou feridas profundas no continente africano, feridas estas que aparentar estar curadas, mas deixando cicatrizes marcantes.

Dominação Europeia: a imposição colonial

O continente africano, conforme desenvolve M´Bokolo (2011), foi o último continente a ser tomado pelo mundo ocidental, porém tal processo se deu de uma maneira mais longa e conflituosa do que comumente é descrito. Não podemos afirmar que o processo de dominação da África pela Europa tenha se iniciado com a Conferência de Berlim em 1884-85, já que as intenções imperialistas europeias já afetaram o continente africano desde o início do século XIX (não podemos esquecer a conquista de Argel pelos franceses em 1830). Reduzir o extenso processo de dominação europeu (o qual poderíamos voltar até o comércio atlântico de escravos) à Conferência de Berlim seria no mínimo subsumir sujeitos históricos que resistiram (ou até colaboraram) às pretensões da Europa.

Todavia, a Conferência de Berlim é um marco dentro deste processo, mas devemos destacar que o continente africano não foi conquistado a partir de uma conferência a milhares de quilômetros de distância, mas sim também a partir de uma conquista militar, a qual enfrentou uma brava resistência, e que tem a efetiva conquista de boa parte do continente africano pela Europa até o ano de 1902 (apesar de algumas batalhas de resistência permanecerem, como foi o caso da batalha de Tazikzaut).

À partir de tal processo de dominação, em toda primeira metade do século XX, a Europa desenvolve uma exploração colonial do continente africano (com exceção à Etiópia que permanece independente). Inglaterra, França (de uma maneira mais enfática e ativa), Portugal, Bélgica, Itália (de modo secundário), e ainda Espanha e Alemanha (de maneira pontual) buscaram explorar em larga escala as riquezas e pessoas do continente africano.

Tal colonialismo e a sua brutalidade tinham como principal objetivo remeter matéria-prima proveniente da riqueza material do continente africano para as indústrias europeias (BELLUCCI, 2010). Para submeter o continente africano e sua população a Europa, além de utilizar a mais brutal violência como nos desenvolve Franz Fanon (2005), o colonialismo possuiu como um tripé sustentação o trabalho forçado, o cultivo obrigatório e o pagamento de impostos, conforme nos desenvolve Beluce Bellucci (2007). Tais pontos são cruciais para compreendermos o subdesenvolvimento africano nas décadas de 1980 e 1990, o que nos ajuda também a entendermos melhor o Renascimento Africano.

A política de cultivo obrigatório, implementada pelas diferentes potências colonialistas, tinham como principal objetivo no decorrer da colonização possibilitar uma gigantesca remessa de poucos produtos para a metrópole, de modo a complementar a sua economia. As colônias de Moçambique e Angola possuíam a obrigatoriedade de produzir algodão e arroz para a metrópole portuguesa o que era repassado em grande medida para a Inglaterra, enquanto que a colônia de São Tomé e Príncipe produzia o cultivo obrigatório do cacau e Guiné-Bissau produzia amendoim. Os homens entre 18 e 55 que não participassem desse cultivo obrigatório nas Colônias portuguesas podiam ser considerados vadios e punidos com o trabalho forçado em obras públicas ou privadas (GALVÃO, 2013). Já as Colônias belgas possuíam principalmente a obrigatoriedade de produzir café e algodão, como é o caso de Ruanda e Burundi (FONSECA, 2015). O cultivo obrigatório do algodão também se fez presente nas colônias inglesas e francesas, tendo como principal objetivo alimentar a indústria têxtil europeia.

O cultivo obrigatório durante a colonização é um ponto central para compreendermos a África, já que tal política econômica acaba travando significativamente as economias africanas após a sua independência. Muitos países não conseguiram

dinamizar a sua produção, fazendo com que a sua economia ficasse dependente da exportação quase que exclusiva de um ou dois produtos, principalmente para a sua antiga Metrópole. Este cenário econômico, além de preservar parte das relações colonialistas, deixou boa parte dos países africanos suscetíveis às flutuações de preços do mercado internacional e mais frágil frente às crises econômicas, conforme veremos mais adiante. Diante de tal cenário, um dos pilares do atual Renascimento Africano é uma diversificação econômica, buscando novos parceiros econômicos e produzir diferentes produtos (VISENTINI, 2010).

Já o trabalho forçado implementado pelo domínio colonialista europeu na África tinha como principal função obrigar o homem africano a vender a sua força de trabalho, ou seja, trabalhar por salários, que comumente eram muito baixos, ou até insignificantes. A bárbara política colonial do trabalho forçado era realizada tendo em vista que muitas vezes os homens africanos preferiam permanecer em suas atividades costumeiras nas suas sociedades domésticas ao invés de ir trabalhar em plantações ou minas. Para que esse homem fosse ao trabalho, o Poder Colonial europeu o obrigavam a trabalhar e também a pagar impostos na moeda do colonizador. A recusa e a resistência à exploração do trabalho pela venda da própria força eram tamanhas, que em alguns casos o poder colonial chegou a importar mão de obra de outras regiões, como na África do Sul em que o poder britânico levou milhares de indianos para trabalhar no território sul-africano.

É importante ressaltar que o poder colonial europeu na África não destruiu as comunidades tradicionais, como fez em outras territorialidades para generalizar a propriedade e a força de trabalho assalariado (condições básicas para o desenvolvimento do capitalismo segundo Marx). Ao preservar as sociedades domésticas, era evidente que a maioria dos africanos preferiu permanecer em suas sociedades de origem. Porém, a manutenção das sociedades domésticas por parte do poder colonial não se deu por benevolência, muito pelo contrário. Segundo Meillassoux (1977), tal postura é decorrente da busca por uma articulação de modos de produção em que o modo de produção capitalista se articula com o modo de produção doméstico com o intuito de explorar ainda mais os trabalhadores africanos, já que a responsabilidade pela alimentação dos trabalhadores, assim como os cuidados com as crianças, idosos e enfermos fica a cargo

das sociedades domésticas e não estariam embutidos nos salários dos trabalhadores africanos.

Desta forma, os salários pagos para os homens africanos que eram obrigados a trabalhar, ou que precisavam trabalhar dada a obrigatoriedade de pagar impostos na moeda do colonizador (e a única maneira de se obter tal moeda seria com a venda da própria força de trabalho), eram tão diminutos que seu valor era quase que exclusivo para pagar impostos, já que as outras necessidades desse trabalhador eram “suprimidas” pela sua sociedade doméstica.

É importante ressaltar que, segundo o professor Beluce Bellucci (2007), na preservação das sociedades domésticas realizadas pelos europeus também estava embutida a sua própria destruição e a sua insustentabilidade. Assim, conforme aponta o professor, a crise destas sociedades domésticas, décadas após o fim do colonialismo, colaborou significativamente para o desenvolvimento das crises africanas nas décadas de 1980 até 1990.

Na mesma medida, a obrigatoriedade do trabalho também introduz no continente africano uma percepção particular acerca do trabalhador, já que este passa a ser entendido muitas vezes apenas na esfera produtiva, pagando-o de maneira inadequada, sem entendê-lo enquanto um potencial consumidor para o desenvolvimento da economia. Porém, no atual contexto do Renascimento Africano, cada vez mais os trabalhadores passam também a ser entendidos como consumidores, com uma valorização significativa de seus salários, o que possibilitou uma maior circulação econômica dentro dos países africanos.

Também é interessante notar o modo que os impostos foram compreendidos em boa parte dos governos do continente, já que no período Colonial uma parte diminuta dos tributos era investida ou retornava a população e, com as independências isso permaneceu em alguns países, já que hora os impostos iam para os governantes ou para pagar dívida externa (BADI, 2008). Todavia, no atual momento, cada vez mais os governantes passam a se preocupar com um retorno à população.

A lógica colonial corroborou significativamente, conforme podemos observar, com o modo que os estados africanos se desenvolveram quando independentes. Porém, em um

primeiro momento, após a luta e a conquista de independência existiu um grande otimismo em volta dos estados africanos.

A partir do momento em que os povos africanos conseguem conquistar a sua independência, criou-se uma grande expectativa referente ao que seria construído pelos seus novos dirigentes, afinal de contas, seria a primeira vez que os próprios africanos administrariam para si próprios um Estado com características modernas, podendo utilizar a riqueza do seu próprio povo em prol de seu desenvolvimento. Tal perspectiva não se demonstrou equivocada, muito pelo contrário, o otimismo em volta do continente africano se mostrou correta, já que, em todo o continente se constituíram Estados nacionais com um amplo caráter desenvolvimentista em que se utiliza parte das riquezas produzidas pela exportação para antigas Metrôpoles para o desenvolvimento do país (BELLUCCI, 2007). Tais projetos desenvolvimentistas possuíam características bastante distintas, tendo em vista que os países que conquistaram a sua independência expulsando o colonizador (como é o caso de Gana e Argélia) tiveram caráter mais progressista em seu desenvolvimento, enquanto que os países que passaram por uma independência negociada pelos próprios colonizadores e as emergentes elites locais possuíam um desenvolvimentismo com um perfil conservador.

Por mais de uma década, com distintos propósitos e objetivos, presidentes e líderes africanos construíram estradas, ferrovias, portos, aeroportos, além de grandes palacetes administrativos para o Estado. O modelo de desenvolvimento parecia o ideal, porém ao primeiro sinal de crise na Europa, o otimismo frente ao continente africano se mostrou fragilizado. A crise do petróleo em 1973, somada à crise do Estado de bem-estar social e o advento do neoliberalismo atingiu bruscamente o continente africano, conforme Bellucci desenvolve. A hegemonia de um modelo econômico neoliberal na Europa Ocidental e nos Estados Unidos deixou duras marcas no continente africano, produto do descaso e ingerência internacional.

A recolonização neoliberal: Dívida externa e pobreza

No decorrer da década de 1970 e 1980, muitos países africanos possuíam uma parte significativa de seu Produto Interno Bruto baseado na exportação de poucas

mercadorias para a Europa, como é o caso da Costa do Marfim que exportava principalmente Cacau e Algodão. Este modelo econômico africano, altamente dependente do consumo europeu, foi duramente atingido pela crise na Europa, já que, além de reduzir as exportações que a África realizava para as antigas metrópoles, diversas manobras cambiais realizadas pelos governos europeus levaram à brusca desvalorização de algumas moedas africanas, fazendo com que, em alguns casos, levasse a moeda de um país ser reduzida do dia pra noite em 50%, como foi na Costa do Marfim. Os PIBs dos países africanos e a sua produtividade foram duramente atingidos pela ampla liberalização do mercado proposto pelo nascente mundo neoliberal (BADI, 2008).

Esse processo levou a África a um grande atoleiro, já que as receitas dos países africanos foram bruscamente reduzidas. A grande maioria dos compromissos financeiros traçados entre os Estado africanos e agentes internacionais de financiamento (como o FMI e o BM) e países industrializados, com o intuito de desenvolver os países africanos, se tornassem impagáveis. Diante de tal crise, os governos africanos não conseguiam mais quitar os empréstimos realizado, fazendo com que cada vez mais a dívida (e os juros delas) de tais países aumentassem, ainda mais devido a novos empréstimos que eram feitos para pagarem velhas dívidas, correndo, inclusive, juros sobre juros. (BADI, 2007). Segundo levantamento feito pelo Banco Mundial, a dívida externa dos países da África subsaariana quase que dobram entre 1980 e 1988, passando de 84 bilhões para 165 bilhões de dólares, chegando a marca de 223 bilhões de dólares em 1995 (RIBEIRO, 2008), pulando de 31% para quase 75% do PIB local.

As décadas de 1980 e início de 1990 marcaram o continente de maneira significativa. As guerras civis a fome se tornaram sinônimos do continente, fazendo com que a África passasse do otimismo para o pleno pessimismo. As guerras civis em Angola (1975 – 2002), Moçambique (1977 – 1992), Uganda (1982 – 1986), Sudão (1985 – 2002), Djibuti (1991 – 1994), Burundi (1993), Ruanda (1990 – 1994) que culmina no genocídio de 1994, Serra Leoa (1991 – 2002), República Democrática do Congo (1996 – 1997), República do Congo (1997 – 1999), Guiné Bissau (1998) são exemplos da extensão de tal crise política e social. Assim como as crises de fome no chifre da África, principalmente na Etiópia e na Somália.

Em alguns países a situação é tão crítica que a renda e o poder de compra das famílias despencam, o que é somado a um crescimento urbano desordenado e caótico. Conforme destaca Visentini, “em 1994 a renda das famílias urbanas de Uganda era de apenas 9% da de 1972, enquanto que no Zaire, no mesmo período, era de 3%.” (VISENTINI, 2014, p. 143.).

É importante destacar que tal imaginário que se formou, a partir de então, em torno da África ainda opera em boa parte da sociedade brasileira e possivelmente em outros locais, fazendo com que o continente fique rotulado de maneira negativa e preconceituosa. Isso pode ser observado quando o governo brasileiro é criticado por investir no continente africano, quando o que este quer é usufruir do renascimento africano, ou ainda quando tivemos a recente suspeita de ebola no Brasil em que a população reagiu de uma maneira preconceituosa frente aos africanos que estavam no país.

De qualquer modo, a crise do continente africano impulsiona os EUA e a Europa a impor aos países africanos uma agenda neoliberal, gestando nesses países uma nova fase, que segundo Bellucci (2010) vai se basear no neoliberalismo. Durante os anos de 1980 e 1990 o continente africano mergulhou na lógica econômica do neoliberalismo, muito em decorrência da pressão exercida pelos países industrializados e os mecanismos internacionais que regulam a economia internacional e que estão a serviço das grandes potências, como é o caso do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A África sofreu, e ainda sofre, duras consequências devido a imposição neoliberal em sua economia política, principalmente no que tange um aumento vertiginoso da pobreza e do baixíssimo investimento que os Estados Africanos realizaram durante o seu período neoliberal, já que parte significativa de receita destes Estados era destinado ao pagamento e o compromisso com a dívida externa, impossibilitando um desenvolvimentismo estatal, ao mesmo tempo que a iniciativa privada (força motriz da economia para neoliberalismo) não possuía muita iniciativa.

Para pensarmos o neoliberalismo no continente africano precisamos primeiro pensar o que é neoliberalismo. Comumente o neoliberalismo é apresentado como ideologia econômica que possui como principal premissa o fato de que o desenvolvimento

econômico deve se dar quase que exclusivamente pela iniciativa privada e pela plena liberação do mercado, já que este, sem interferências externas seria perfeito. Segundo os pensadores do neoliberalismo (seguindo sua matriz do pensamento liberal clássico), qualquer interferência externa ao mercado o torna imperfeito e sujeito a crises. Tais interferências ocorreriam principalmente por parte do Estado e das organizações sindicais e sociais. Com isso, para o neoliberalismo, o Estado deve se apresentar como um Estado mínimo, ou seja, um Estado que visa garantir condições de infraestrutura e a ordem a partir do investimento em segurança pública (CHOMSKY, 1999).

Esta postura de um Estado mínimo se diferencia radicalmente da política econômica hegemônica do pós II Guerra Mundial, já que o Estado de bem-estar social era sustentado justamente por um Estado investidor (proprietário de parte dos meios de produção) e também provedor de saúde, educação e previdência social, entre outros pontos (HOBSBAWM, 2005).

A falência deste modelo de Estado de bem-estar social na Europa a partir da década de 1970 teve como um de seus principais motivos (às vezes pouco reconhecido pela literatura) a conquista das independências dos países africanos, os quais eram bruscamente explorados para sustentar a qualidade de vida dos europeus, inclusive dos próprios trabalhadores.

Desta forma, os EUA e a Europa passam por uma brusca guinada às políticas neoliberais, principalmente a Inglaterra, com o governo de Margareth Thatcher (1979 - 1990) e, no caso dos EUA, com o governo de Ronald Reagan (1981 - 1989). Tais governos propagavam as cartilhas neoliberais e o chamado “Consenso de Washington” (percepção hegemônica de política econômica neoliberal) a todo o Mundo, pedindo a liberação do mercado (incluindo aí, o financeiro e o especulativo), a diminuição do Estado a partir do corte de serviços e funcionários públicos e também de privatizações de empresas estatais.

Porém, segundo Noam Chomsky (1999), existe um grande distanciamento entre o que o neoliberalismo prega (ou sua postura ideológica) e a sua efetiva prática. Esta contradição entre ideologia e prática é fundamental para entendermos o lugar que a África ocupa dentro de uma ordem global neoliberal.

Se por um lado o neoliberalismo prega uma redução do Estado na economia, por outro, na prática, isso não ocorre, já que os Estados neoliberais ao cortarem radicalmente a verba da educação, a saúde, a previdência, transferem tais verbas para outros setores do Estado, principalmente a segurança pública e a repressão. Em alguns casos, o Estado passa a investir em guerras, como foi o caso da guerra entre Inglaterra e Argentina pelas Ilhas Malvinas (1982) ou a Guerra do Golfo (1990 – 1991) promovida pelos Estados Unidos. Assim, na prática, os Estados neoliberais não reduzem o tamanho do Estado, segundo Chomsky, o que é evidente no aumento contínuo que tais Estados possuem na arrecadação e nos gastos.

Mas por que os Estados neoliberais desenvolvidos pregam o neoliberalismo? Por que alguns Estados pregam que o caminho do desenvolvimento está no livre mercado, enquanto que a grande maioria dos países desenvolvidos necessitou de alguma forma de participação do Estado na economia para conseguirem se desenvolver?

A chave para tal resposta está nos países periféricos, principalmente na África e América Latina. No caso africano, as agências de financiamento internacional passam a exigir como contrapartida para empréstimos que os países africanos realizassem reformas neoliberais e, um dos pontos centrais de tal reforma, foi o compromisso com a dívida externa. Assim, os Estados Africanos começaram, a partir da década de 1980, a cortar investimentos e garantir que o Estado para pagasse a dívida externa (ou pelo menos parte dos juros). O gasto com a dívida externa era tamanho, que em 1995 representava 75% do PIB dos países da África subsaariana, enquanto que em 1980 era de “apenas” 31%.

Ou seja, realiza na prática uma postura muito distinta dos países centrais que começam a investir em armamentos e interferências internacionais em busca de petróleo, o que impulsiona a sua própria economia. Ao abrirem seus mercados, os países africanos tem parte de sua frágil economia nacionais destroçada pelas multinacionais dos países desenvolvidos, enquanto que o pouco que os países africanos conseguem exportar sofre um grande protecionismo para entrar nos mercados europeus e americanos (nos quais o Estado protege a sua produção nacional, principalmente no que tange os produtos agrícolas e outros primários).

Portanto, respondendo as perguntas realizadas, o neoliberalismo surge como forma de garantir uma ordem global em que os Estados periféricos da África (e também América Latina) continuem na sua cruel função de complementar a economia europeia e estadunidense, quase que numa continuidade do colonialismo a partir do livre mercado que, ao se realizar de maneira assimétrica e desproporcional, a suposta concorrência de mercado se torna uma complementaridade.

As consequências para o continente africano destas políticas neoliberais são gigantescas. Porém, para entendermos melhor este processo, é importante ressaltar que, segundo o professor Beluce, os estados africanos antes de serem cooptados a assumirem o modelo neoliberal, possuíam um forte caráter desenvolvimentista, pautado na intervenção e investimento do Estado na economia.

Assim, os Estados africanos se tornaram subordinados aos Estados centrais e aos mecanismos de financiamento internacional, levando-os a ficarem marginalizados nas tomadas de decisão de cunho internacional. Na mesma medida, a tentativa germinal de uma interação política e econômica do continente ficou comprometida.

Neste cenário, a ajuda e cooperação internacional para o desenvolvimento da África foi quase que cortada e a verba de política externa destinada ao continente africano foi transferida para o suposto combate ao terrorismo e as políticas de imigração. (VISENTINI, 2011).

Uma parte significativa do que ficou destinada à ajuda do continente se tornou algo mais voltado para a caridade do que para o investimento em si. Assim, o continente africano foi entregue às ONGs que colaboram significativamente para a submissão do país ao neoliberalismo.

Diante de tais questões, Kabunda Badi (2009) propõe que o continente africano sofreu uma espécie de recolonização neoliberal, já que a sua submissão política e econômica enquanto colônia foram parcialmente repaginadas. Porém, não tardou para que a África também começasse a reagir a essa nova forma de colonização e buscar uma nova emancipação. A partir da década de 1990, múltiplos movimentos sociais começaram a reivindicar a possibilidade de uma nova África mais forte, unido e, principalmente, para os africanos.

A África só começa a conseguir romper parcialmente com a lógica do neoliberalismo a partir dos anos 2000 em um processo que alguns analistas chamam de Renascimento Africano.

Uma África para africanos: “o Renascimento”

A partir do início do século XXI o continente africano passou por bruscas alterações. Autores liberais responsabilizam as próprias reformas neoliberais como os fatores que haviam potencializado um novo contexto africano. Porém devemos destacar que o renascimento africano está mais atrelado a uma busca por uma maior independência da África no que tange a sua economia e política. Não é por menos, que o renascimento africano tem como um de seus fatores germinais, como afirma Visentini (2014), o fim do Apartheid na África do Sul em 1994, a independência da Namíbia em (1990), e o fim dos longos conflitos internos de Angola em 2002 e Moçambique em 1992. A criação da União Africana em 2002 também foi um importante marco para o Renascimento africano.

A partir dos anos 2000 a África passa a ter uma nova atitude frente à economia global, com o intuito de se tornar mais independente economicamente e também politicamente frente à Europa. Assim, os países africanos que exportavam quase que exclusivamente para a Europa possam a estabelecer mais conexões com seus vizinhos, fortalecendo a integração regional, deixando a África menos dependente da Europa e EUA.

A formulação da Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) foi um passo fundamental para esse processo. Segundo Visentini, a finalidade da Nepad é de:

Promover uma dinâmica no desenvolvimento da África, reduzindo o fosso existente entre o continente africano e os países desenvolvidos. Assim, os objetivos fundamentais da Nepad são promover o desenvolvimento acelerado e sustentável, erradicar a pobreza generalizada, interromper a marginalização da África no sistema mundial e acelerar a capacitação das mulheres (VISENTINI, 2014, p. 166).

A integração econômica do continente também representa uma maior integração política da União Africana, a qual supervisiona a Nepad. Criada em 2002, a União Africana (UA) surge como um aprofundamento da Organização da Unidade Africana (OUA) fundada em 1963 e que possuía amplas cisões internas. Superando divergências internas, a União Africana é criada com 53 membros, abarcando quase todo o território africano, e com metas audaciosas, porém mais realistas do que as da OUA. Desta forma, a União Africana busca principalmente garantir a democracia e os direitos humanos no continente africano, buscando colaborar em questões sociais voltadas para a saúde e alimentação, além de também ser a responsável por realizar, quando necessário, missões humanitárias no próprio continente.

Essa integração da África não se constitui apenas no âmbito continental, mas também no regional, o que é expresso na formação e/ou fortalecimento de blocos regionais, como é o caso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Sadc), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa), entre outros.

Outra atitude africana frente à economia global que fortaleceu o continente possibilitando o Renascimento africano foi à busca por parceiros econômicos e por relações políticas sul-sul, o que fortaleceu novos laços com China, a Índia e outros países emergentes como o Brasil. (VISENTINI, 2014)

O investimento chinês e o indiano cresceram bruscamente na África muito devido à busca que tais gigantes emergentes possuíam por novos mercados consumidores e por matéria-prima. Desta forma, a China que perdeu espaço no Oriente médio devido a “Guerra ao terror” estadunidense, conforme aponta Visentini (2011), vê na África a possibilidade de realizar investimentos, já que possuía um potencial mercado consumidor e uma diversidade de matéria prima. Porém, Saraiva (2012) destaca que o interesse chinês na África já se inicia a partir da crise na Praça da Paz Celestial em 1989, a qual isolou a China frente às grandes potências, o que levou o país asiático a buscar apoio político e econômico no continente africano. Desde então a África e a China realizaram múltiplas trocas, sendo que a circulação econômica entre os dois países aumentou de 10 bilhões em 2000 para 200 bilhões em 2012, ou seja, um aumento de vinte vezes em pouco mais de uma década.

Para a África, a parceria com a China se demonstrou muito produtiva, já que tais países realizaram empréstimos mais baratos e com menos contrapartidas (ou ingerências internacionais, conforme o FMI e o BM fazem) além de receberem investimentos em infraestruturas com obras diretas, realizados pela China, com a construção de polos produtivos, porto, estradas e até estádios de futebol.

O investimento chinês na África é muitas vezes criticado por ONGs e pelos países mais industrializados, como se este se caracterizasse como uma forma de imperialismo ou como se financiasse ditaduras no continente africano, o que é passível de ser classificado como um discurso hipócrita, dada a conduta dos próprios países europeus e dos EUA que possuíram por décadas (e ainda possuem) uma postura imperialista e com financiamento de ditaduras. Todavia, conforme desenvolveu Visentini (2011) este investimento se apresentou como sendo muito produtivo aos africanos, já que a China respeita a soberania africana e inclusive apoia tais países no Conselho de Segurança da ONU além de colaborar com a construção de um mundo mais multipolarizado.

Já o Brasil possui uma postura bastante particular frente os países africanos, tendo muitas vezes em sua história um discurso muito voltado para a ajuda do continente africano, ajuda esta pautada por laços históricos e por questões humanitárias que o Brasil pregava frente ao continente africano.

Todavia por décadas, o discurso que a África recebe por parte do Brasil era muito mais voltada para a ajuda do que para o investimento, como se a África não tivesse muito a colaborar com o Brasil além da parte diplomática, ficando marginalizados os investimentos econômicos e seus possíveis retornos. Uma possível aproximação independente foi buscada durante o governo de João Goulart na década de 1960, todavia foi interrompida pelo golpe militar no Brasil em 1964. (SARAIVA, 2012)

Os militares brasileiros atuaram de maneira mais pragmática frente à África, realizando apenas aproximações pontuais, como foi o caso do reconhecimento da independência de Angola, em que, mesmo sendo conduzida pela MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) com inspirações marxistas, recebeu prontamente o apoio do governo militar brasileiro, que possui interesses nas riquezas do país africano recém-liberto (Visentini, 2014) Já com o processo de democratização, os governos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, demonstraram pouco entusiasmo e

mobilização frente à África, até mesmo por que este foi um momento em que o Brasil, assim como o continente africano, mergulhou nas reformas neoliberais, o que distanciou os dois lados do Atlântico.

A África só passa a se tornar um atrativo aos olhos políticos e empresariais brasileiros a partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002 - 2009), que reconhece o germinal renascimento africano e passa a investir na África de uma maneira mais sistemática, principalmente nos países de língua portuguesa. Essa ampliação das trocas entre o Brasil e África é expressa no aumento vertiginoso das transações econômicas entre as duas territorialidades, em que passa de 2,4 bilhões de dólares em 2002 para 10,2 bilhões de dólares em 2008.

Todavia, muitos intelectuais ressaltam que as trocas entre o Brasil e a África possuem outros significados e aproximações que tornam o Brasil um local mais atrativo para os africanos, como é o caso de José Saraiva. Na mesma medida a África tem muito que colaborar com o Brasil no âmbito político, econômico e também cultural. Devemos ressaltar que o Brasil e a África possuem proximidades históricas e culturais, passando por experiências semelhantes. Aos olhos africanos, a experiência colonialista que os dois lados do Atlântico possuíram, assim como o sucesso parcial do governo brasileiro em combater a fome e a miséria, torna o Brasil um parceiro mais próximo e desejado pela África.

Por outro lado, os laços históricos que o Brasil possui com o continente africano também torna a África um grande atrativo para o Brasil. Ao possuir uma imensa colaboração histórica (em termos culturais, sociais, econômicos e também políticos) na formação do Brasil contemporâneo (principalmente a partir da barbárie da escravidão), as relações entre o Brasil e a África se tornam necessárias. Porém, tais relações não podem partir de uma hipocrisia da suposta democracia racial brasileira, mas devem ser construídas de modo a possibilitar uma ampla reflexão no Brasil acerca de nosso racismo e do lugar que o Brasil assume no mundo, querendo muitas vezes se aproximar excessivamente de padrões culturais e políticos europeus.

O cenário do Renascimento Africano causa dentro da comunidade acadêmica que estuda este processo uma série de posturas antagônicas que beiram a um amplo afro otimismo (como é o caso de José Saraiva) e vão até um afro pessimismo exacerbado.

(como é o caso de John AKOKPARI (2008) e J. O. ADÉSÍNÀ, Y. GRAHAM, e A. OLUKOSHI (2006)).

Os intelectuais que apresentam uma postura excessivamente otimista frente ao continente africano, como é o caso de Saraiva, entendem que o momento histórico da África finalmente chegou e que esse processo está trazendo uma grande guinada ao continente, promovendo uma maior estabilidade política, com um exponencial crescimento econômico e uma subsequente melhora nos índices sociais.

Para tais estudiosos a estabilidade política do renascimento africano é expressa principalmente na queda dos conflitos armados e guerras civis, assim como no sucesso da promoção de eleições com um caráter mais democrático e de forma regular. Já a estabilidade econômica seria expressa pelo crescimento constante do PIB do continente, além da ampliação dos processos econômicos no âmbito internacional e regional. Tal estabilidade política e econômica também potencializaria uma melhora dos índices sociais aumentando a expectativa de vida dos africanos e inserindo uma parcela da população na classe média consumidora.

Por outro lado, os estudiosos que possuem uma postura afro-pessimista entendem que existem dados para questionar o Renascimento africano principalmente nas debilidades políticas econômicas e sociais que os países africanos ainda encarem e que ignorem tais dados não ajudam o continente africano.

Para os afro-pessimistas a estabilidade política da África é ainda fraca e frágil em que um bom exemplo dessa fragilidade seria a primavera árabe no norte africano. O que muitos encaravam como o deslanchar das democracias na região, acabou por se tornar um movimento autoritário que produziu novas ditaduras e o norte africano não desenvolveu uma democracia mais eficiente. Na mesma medida, os afro-pessimistas denunciam que muitas eleições no continente africano não são efetivamente livres e abertas, com a oposição possuindo uma margem curta de manobra.

Já no âmbito econômico e social, muitos acadêmicos destacam que, apesar da África estar com a sua economia crescendo, tal crescimento não seria sustentável, tendo em vista que as desigualdades sociais têm continuado a crescer e que parte do crescimento foi baseada em uma liberalização do mercado que pode, em médio prazo, provocar uma fragilidade na economia africana. Porém, frente a tais posturas tão

antagônicas precisamos possuir certa cautela, já que em muitos momentos ambos chegam a possuir dados bastante contundentes.

Se pensarmos acerca da política africana atual veremos que por um lado muito já melhorou e estabilizou, mas ainda há o que melhorar, porém não pode ter com o molde a política da democracia ocidental, precisamos compreender o modo que os próprios africanos vêm desenvolvendo e sua concepção de política.

Da mesma forma precisamos problematizar os avanços econômicos e sociais e as dificuldades nestas áreas que os países africanos ainda possuem, buscando entender os motivos que tiveram ao crescimento e as próprias contradições deste crescimento e as dificuldades das diferentes territorialidades africanas.

Considerações finais

Estamos diante de um processo complexo e ainda em andamento, que ao mesmo tempo em que trouxe uma nova realidade ao continente africano, rompendo com a lógica perversa do neoliberalismo das décadas de 1980 e 1990, também não sabemos o quanto esta nova África se constituirá de modo sustentável e duradouro. Certamente ainda existe um longo e árduo caminho a ser percorrido.

O Renascimento africano é um processo com o qual devemos ter cautela na análise, buscando sempre uma perspectiva crítica. As mudanças que o continente encontrou neste novo século, são notáveis e decorrentes, principalmente devido à integração regional e as relações sul-sul.

Mas, por outro lado, ao se inserir cada vez mais em um mundo globalizado, novas questões e problemas estão surgindo, trazendo contradições inerentes ao mundo moderno. O continente ainda enfrenta uma série de problemas, e precisamos problematizá-los para que o chamado Renascimento africano se torne um Renascimento para todos os africanos e não apenas para os Estados africanos e alguns grupos atrelados a estes.

Referências bibliográficas

BADI, Mbuyi Kabunda. África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas. **Theomai**: estudios sobre sociedad, naturaleza y desarrollo, n. 17, 2008.

BELLUCCI, Beluce. O Estado na África. São Paulo, **Revista Tempo do Mundo**, n. 4, 2010.

BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique**: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Educana, Rio de Janeiro, 2007.

FANON, Frantz, **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005,

FONSECA, Danilo F. **África entre classes e etnias**: África do Sul e Ruanda. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, Celeiros e Capitais**. Porto: Afrontamento, 1977.

SARAIVA, de José Flavio Sombra. **África parceira do Brasil Atlântico**: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Luiz D. **História da África e dos africanos**. São Paulo: Vozes Limitada, 2014.